

segue até o vértice P22 (coordenadas E 5503385700; N 95823461902), por onde mede 3,05 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P23 (coordenadas E 5503616438; N 95823315884), por onde mede 27,31 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P24 (coordenadas E 5503867056; N 95823180677), por onde mede 28,48 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P25 (coordenadas E 5503985810; N 95823123997), por onde mede 13,16 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P26 (coordenadas E 5503993360; N 95823139815), por onde mede 1,75 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P27 (coordenadas E 5504036471; N 95823230137), por onde mede 10,01 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P28 (coordenadas E 5504042456; N 95823244558), por onde mede 1,56 m em segmento de reta; daí segue até o vértice P29 (coordenadas E 5504847983; N 95823418969), por onde mede 111,48 m em segmento de reta; daí segue até o vértice; e finalmente segue 1,67m até o ponto inicial P1, encerrando a área de 6.172,5475m², conforme planta anexa (4515843).

Art. 2º - A obra a que se refere o art. 1º destina-se à construção de um novo acesso à avenida Senador Carlos Jereissati, após o viaduto de acesso à avenida Expedicionários, no sentido Montese, justificado pela existência de conflitos de tráfego no local. A configuração viária proposta contribuirá para melhorar a fluidez e segurança do tráfego, uma vez que foi projetada uma faixa de aceleração de 80m, a qual irá possibilitar que os veículos que se inserem na Avenida Carlos Jereissati desenvolvam velocidade compatível com a corrente de tráfego.

Art. 3º - As obras ficam condicionadas ao cumprimento rigoroso das recomendações técnicas, ambientais, sanitárias e urbanísticas, conforme legislação vigente.

Art. 4º - Esta portaria terá prazo de vigência de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada a critério da Administração.

Art. 5º - Responderá a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuárias - INFRAERO, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, em decorrência da realização da obra de que trata esta Portaria.

Art. 6º - Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros decorrentes da autorização, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 7º - A autorização da obra a que se refere esta Portaria não implica transferência de posse ou constituição de direitos ou domínio sobre a área, ou qualquer tipo de indenização, tratando-se de ato precário, revogável a qualquer tempo.

Art. 8º - Durante o período de execução da obra a que se refere a presente Portaria, fica a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuárias - INFRAERO obrigada a afixar na área em que será realizada a obra e em local visível ao público 01 (uma) placa, confeccionada segundo o Manual de placas da SPU, com a seguinte informação: "ÁREA JURISDICIONADA AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, COM OBRAS E SERVIÇOS AUTORIZADOS PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU, NA FORMA DA PORTARIA SPU/CE Nº 6695, DE 28/06/2018".

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO GERMANO DIOGO DE SIQUEIRA  
CRUZ, SUPERINTENDENTE

## Ministério do Trabalho

### SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho - Substituto, em cumprimento a Decisão Judicial exarada nos autos do Processo n.º 0001267-56.2017.5.10.0018, procedente da 18ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso de suas atribuições legais, com respaldo nos art. 26 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46211.003565/2016-30
Entidade	Sindicato dos Micros e Pequenos Empresários e Empreendedores de Minas Gerais - SIMPEMG
CNPJ	25.075.841/0001-99
Fundamento	NT 674/2018/CGRS/SRT/MTb

MAURO RODRIGUES DE SOUZA

DESPACHO DE 15 DE AGOSTO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho - Substituto do Ministério do Trabalho, em continuidade a decisão judicial exarada nos autos do Processo 0001222-86.2016.5.10.0018 oriundo da 18ª Vara do Trabalho de Brasília - DF, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, e na NOTA TÉCNICA 673/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve INDEFERIR o processo de pedido de registro sindical n.º 46223.010883/2015-37(SC17755), CNPJ 01.267.013/0001-94, de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Pedreiras/MA - SINDSERPE, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013.

MAURO RODRIGUES DE SOUZA

### SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

DESPACHOS DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Tendo em vista o que consta no processo n.º 46210.000818/2018-95, nos termos do despacho exarado no processo em epígrafe e usando da competência delegada pela Portaria n.º 02, de 25 de maio de 2006, expedida pelo Secretário de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego.

HOMOLOGO o Plano de Cargos e Salários do Corpo Docente da UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR, TECNOLÓGICO E TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE CAIVS IVLIVS CAESAR LTDA - UNIEPEC, inscrito junto ao CNPJ n.º 11.341.649/0001-92, com sede na Rua São João, Lote 02 - Quadra 33 - Bairro Centro, no município de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no quadro dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

Tendo em vista o que consta no processo n.º 46210.000818/2018-95, nos termos do despacho exarado no processo em epígrafe e usando da competência delegada pela Portaria n.º 02, de 25 de maio de 2006, expedida pelo Secretário de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego.

HOMOLOGO o Plano de Cargos e Salários do Corpo Técnico Administrativo da UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR, TECNOLÓGICO E TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE CAIVS IVLIVS CAESAR LTDA - UNIEPEC, inscrito junto ao CNPJ n.º 11.341.649/0001-92, com sede na Rua São João, Lote 02 - Quadra 33 - Bairro Centro, no município de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no quadro dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

AMARILDO BORGES DE OLIVEIRA  
Superintendente Regional

## Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

### GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 480, DE 15 DE AGOSTO 2018

Altera a Portaria n.º 228, de 28 de agosto de 2015.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe confere art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal,

Considerando a nova estrutura regimental aprovada pelo Decreto n.º 9.000, de 08 de março de 2017; e

Considerando as informações contidas no Despacho n.º 40/2018/DOU/SNTTA., resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria n.º 228, de 28 de agosto de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º A Secretaria Nacional de Transportes Terrestre e Aquaviário deste Ministério deverá comunicar ao Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil os reajustes e revisões tarifárias dos serviços públicos previstos no inciso VII do art. 24, da Lei n.º 10.233, de 05 de junho de 2001, aprovados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, com 2 (dois) dias úteis de antecedência às publicações no Diário Oficial da União."(NR).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

PORTARIA Nº 481, DE 15 DE AGOSTO DE 2018

Aprova o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento dos Portos de Salvador e Aratu-Candeias, nos termos que especifica.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e em atendimento ao estabelecido no § 2º do art. 17 da Lei n. 12.815, de 5 de junho de 2013, e no art. 9 da Portaria GM/SEP n.º 3, de 7 de janeiro de 2014,

Considerando o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ encaminhado pela Companhia Docas da Bahia - CODEBA, Autoridade Portuária dos Portos Salvador e Aratu-Candeias, por meio da Carta CE/DPR/CD n.º 121/2018, de 09 de maio de 2018.

Considerando que o PDZ elaborado contemplou as diretrizes traçadas no art. 10 da Portaria SEP n.º 03/2014, os objetivos específicos para cada horizonte de planejamento previstos no art. 11 da Portaria SEP/PR n.º 03/2014, bem como os itens elencados no Anexo II e III da Portaria SEP/PR n.º 03/201, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento dos Portos de Salvador e Aratu-Candeias, apresentado pela Autoridade Portuária, conforme Carta CE/DPR/CD n.º 121/2018, de 09 de maio de 2018.

Art. 2º Estabelecer que o PDZ aprovado por esta Portaria receba a denominação de PDZ dos Portos de Salvador e Aratu-Candeias - 2018.

Art. 3º Revogar o PDZ aprovado pelo Conselho de Autoridade Portuária - CAP dos Portos de Salvador e Aratu através da Deliberação n.º 002/2000, de 12 de dezembro de 2000.

Art. 4º Determinar a publicação do PDZ no sítio eletrônico do MTPA, bem como no sítio eletrônico da Companhia Docas da Bahia - CODEBA.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

PORTARIA Nº 482, DE 15 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso de suas atribuições legais que lhes conferem os incisos II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, a Lei n.º 13.341, de 29 de setembro de 2016, o art. 15 da Lei n.º 12.815, de 05 de junho de 2013, combinado com o inciso I do art. 6º da Lei n.º 13.341, de 29 de setembro de 2016, e considerando o disposto nos arts. 31 e 32 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Convidar os interessados a participarem do procedimento de consulta e audiência públicas, cujo objeto é a adaptação da poligonal da área do Porto Organizado de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º A metodologia de funcionamento dos trabalhos relativos à consulta envolve a participação de quaisquer interessados, por meio de apresentação de contribuições à proposta de traçado da poligonal da área do porto organizado divulgada pela Secretaria Nacional de Portos do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Parágrafo Único - A proposta de traçado da poligonal da área do Porto Organizado de Itaguaí e os elementos que a fundamentaram constam no processo 00045.003216/2015-03, cujas cópias encontram-se disponíveis para consulta no sítio 'http://www.transportes.gov.br/component/content/article.html?id=5466', em 'Consultas públicas em andamento'.

Art. 3º As contribuições a serem realizadas na fase da consulta pública, no prazo indicado no inc. I, art. 4º desta Portaria, deverão ser enviadas ao endereço eletrônico poligonais.itaguai@transportes.gov.br.

Art. 4º O cronograma envolvendo os procedimentos de consulta pública relativa à adaptação da área do Porto Organizado de Itaguaí é o seguinte:

I - 17/08/2018 a 15/10/2018 - prazo para apresentação de contribuições pelos interessados na fase da consulta pública;

II - 16/10/2018 a 14/11/2018 - prazo para a Secretaria Nacional de Portos sistematizar as contribuições feitas na consulta pública;

III - 15/11/2018 - divulgação, pelo Departamento de Planejamento, Logística e Gestão do Patrimônio Imobiliário/SNP/MTPA, das respostas às contribuições no sítio 'http://www.transportes.gov.br/component/content/article.html?id=5466', em 'Consultas públicas em andamento';

IV - 16/11/2018 a 25/11/2018 - prazo para interposição de recurso contra o exame das contribuições, que deverá ser dirigido ao Secretário Nacional de Portos, por meio do endereço eletrônico poligonais.itaguai@transportes.gov.br;

V - 26/11/2018 a 25/12/2018 - prazo para avaliação e encaminhamento da resposta aos recursos, podendo ser prorrogado por mais trinta dias, na forma do art. 59 da Lei n.º 9.784/1999.

Art. 5º Eventuais alterações nas datas e dispositivos aqui estabelecidos poderão ser realizadas por ato do Secretário Nacional de Portos, que deverá ser publicado no Diário Oficial da União, e disponibilizado no sítio 'http://www.transportes.gov.br/component/content/article.html?id=5466', em 'Consultas públicas em andamento'.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA